

O ARCO DAS CRISES

A crise argelina: anatomia de uma tragédia

Maria do Céu Pinto

Docente da Universidade do Minho

O Estado na Argélia

As causas remotas da crise que tem martirizado a Argélia devem ser procuradas nas manifestações de protesto em 1988 que simbolizaram o fracasso do regime autoritário e socialista que governou o país desde a independência. É importante situar as raízes da excepcionalmente dolorosa crise argelina na incapacidade do regime efectuar uma transição democrática real e pôr fim ao sistema de privilégios que acumulou ao longo de décadas. Se a violência que tem destruído o tecido social argelino deve ser assacada principalmente aos extremistas islâmicos, não é menos verdade que o Governo pouco tem feito para fornecer ao país uma solução global que permita ultrapassar o estado de guerra civil endémica.

Embora difícil de definir, o regime argelino cabe na designação geral de regime autoritário. Para compreender o Estado argelino é necessário considerar as bases históricas e ideológicas do poder do Estado, tal como emergiu da guerra de libertação nacional. O partido único que assumiu o poder (a Frente de Libertação Nacional – fln) veio a constituir-se como um instrumento de controlo e de repressão nas mãos de uma clique governativa. Este partido adquiriu a sua legitimidade na luta de libertação contra o poder colonial francês dos anos cinquenta e sessenta. O Exército tornou-se a espinha dorsal do regime. Ele possui a chave da legitimidade política uma vez que a soberania nacional foi conquistada à França pelo Exército de Libertação Nacional, cujo herdeiro foi o Exército Nacional.

O Estado argelino foi apelidado por um autor argelino como «Estado-clã»¹. Este Estado não representa os interesses da sociedade civil. Neste sistema o partido único assume a função governativa mas não passa de uma correia de transmissão para os grupos no poder. O partido constitui uma fachada conferindo a determinados grupos legitimidade política para usar o aparelho estatal, usufruindo de todas as benesses que essa posição lhe permite usufruir. O aparelho político e administrativo torna-se assim num feudo particular, impondo ao mesmo tempo um controlo total sobre todos os aspectos da sociedade e do Estado e reprimindo expressões rivais².

Por sua vez, o poder do Estado tem uma estrutura bicéfala, isto é, está dividido pelo Exército e pelo poder executivo³. Esta divisão de poderes tem consequências prejudiciais que se fazem sentir, tanto na sua gestão, como na eficiência do processo de tomada de decisões. O Estado argelino funciona na base do poder de legitimação de que o Exército se dotou, limitando-se o poder executivo a receber daquele a tutela sobre a gestão administrativa do Estado e a distribuir a renda das exportações energéticas (gás, petróleo)⁴. A administração estatal é dominada por práticas clientelistas de redes que gozam do apoio de altos oficiais do Exército. Mesmo os ministros só desfrutam de real autoridade no cumprimento dos seus deveres oficiais na medida em que mantêm uma relação individual privilegiada com membros da hierarquia militar.

A reforçar esta estrutura bicéfala está a falta de institucionalização que caracteriza o poder legitimador do Exército. Daí resulta uma situação que explica o fosso existente entre as instituições que formalizam as relações de autoridade e subordinação dentro da administração estatal e a capacidade de redes informais influenciarem as decisões daquela. Os militares são, aliás, os primeiros a deplorar a incompetência dos funcionários estatais, mas poucos parecem tirar as devidas consequências desta inoperância como uma consequência da estrutura dupla do poder do Estado.

Todo o oficial de alto nível considera normal que a hierarquia militar tenha a última palavra na formação do Governo e o direito de aprovar a nomeação de civis para postos da administração. Aos olhos destes oficiais, o Exército tem o direito e o dever de actuar como fonte de legitimidade relativamente às autoridades governativas, uma vez que o Estado se criou pela acção do Exército: «O sistema argelino, apesar do lugar central que o Exército nele ocupa, não é um regime ou ditadura militar. É antes um sistema autoritário civil em que o Estado deriva a sua legitimidade e força do Exército que, por sua vez, lhe confere a missão de impedir a formação de uma sociedade civil independente do poder estatal»⁵.

Tudo se passa como se os militares não estivessem submetidos à jurisdição civil. E, de facto, na hierarquia das prerrogativas, o juiz vem após os militares e o funcionário público⁶. Também ele funcionário da administração governamental submetido a uma hierarquia, o juiz na Argélia não aplica a lei como num qualquer Estado de Direito. As suas funções reduzem-se à resolução dos litígios do cidadão comum. Ele é mantido à distância dos conflitos de interesses em que são implicadas personalidades públicas.

O Exército é o poder tutelar do Estado e o suporte do regime. Nos momentos cruciais, os oficiais superiores reúnem-se em conclave para chegar a uma solução de compromisso. Foi assim que foi decidida a anulação das eleições legislativas de Dezembro de 1991 ou a nomeação de Liamine Zeroual como candidato à presidência. Estas reuniões informais não são anunciadas na imprensa uma vez que não estão previstas na Constituição. Aliás, os critérios de participação nestes conclaves são desconhecidos. Participam os oficiais do Estado-Maior, os chefes dos serviços centrais do Ministério da Defesa, os das regiões militares, os responsáveis pela polícia nacional e pela segurança, isto é, todos os que gozam de uma certa autonomia no uso da força pública. Dada a natureza das decisões que aí são tomadas, esta assembleia informal age na qualidade de órgão soberano. O bom funcionamento do sistema supõe que o militar designado como Chefe de Estado não procure conquistar a sua autonomia em relação ao Exército. Se o Presidente interpreta à letra o seu papel constitucional de chefe supremo das Forças Armadas, a repartição de poderes é posta em causa. Assim se explica o golpe de Estado de Houari Boumédiène contra Ahmed Ben Bella em Junho de 1965, a demissão forçada de Chadli Benjedid em Janeiro de 1992 e ainda o desaparecimento trágico de Mohamed Boudiaf em Junho de 1992⁷.

O outro elemento do sistema de poderes é o Governo que dirige a administração e gere os assuntos correntes. À sua cabeça encontra-se o Presidente, em geral um oficial superior que por regra passou pelo Ministério da Defesa cujo titular é, aliás, o próprio Presidente. O Comité de Ministros assemelha-se a um comité técnico composto por funcionários sem cor política que se limitam ao desempenho de tarefas administrativas.

Se o Governo permanece como um órgão importante é porque constitui o quadro onde se procede à afectação dos recursos financeiros do Estado. O Exército traça as grandes

orientações económicas do regime e o Governo reparte a renda energética entre os diferentes departamentos ministeriais, estabelece a estrutura dos investimentos e escolhe os parceiros comerciais na Argélia e no estrangeiro. «Legaliza» deste modo a transferência de fracções de renda petrolífera para indivíduos ligados a redes clientelistas – militares ou civis – à medida que a economia passa para a mão dos privados e que as «joint-ventures» se multiplicam. A corrupção tem como origem a intervenção dos detentores do poder agindo ao serviço de «lobbies»⁸.

A evolução do regime

Com Houari Boumédiène, houve algumas tentativas para liberalizar o sistema político. O autoritarismo que marcou a sua governação veio a mostrar os seus limites em 1974-1975 quando dissensões dentro do bloco governativo se tornaram evidentes. Tais divisões prendiam-se com o resultado das opções político-económicas de Boumédiène:

a deterioração das condições económico-sociais produzidas pelo fracasso em vários sectores da economia e pela crescente perda de popularidade do regime. Efectivamente, o socialismo argelino não conseguiu colmatar o fosso existente entre ricos e pobres e o acentuar destas diferenças gerou grandes descontentamentos sociais.

Para conferir uma fachada de legitimidade ao regime, Boumédiène lançou um debate público com vista à criação de uma Carta Nacional. Devido às pressões populares e à crescente oposição dentro do bloco governativo, Boumédiène acabou por enveredar por uma efectiva abertura política. Esta oportunidade de democratizar o regime falhou contudo devido às manobras de facções do regime cuja principal preocupação era a protecção dos seus próprios interesses e das suas respectivas clientelas. A sua única realização foi direccionar o desenvolvimento económico a favor das classes trabalhadoras.

O regime de Chadli Benjedid (1979-1992) teve consequências desastrosas para a Argélia. A nível da economia foram introduzidas mudanças radicais. As empresas estatais foram desagregadas e divididas o que originou uma reorganização total (ou antes, uma desorganização) do sector público. A agricultura e a indústria foram abertas ao sector privado. Mais importante ainda foi a canalização dos rendimentos energéticos para o sector dos serviços e para o consumo interno. A coligação entre elementos da burocracia, a pequena burguesia, elementos do Exército e os grandes proprietários, que se tinha esboçado no anterior regime, consolidou-se e tornou-se a base social do regime de Benjedid.

A nível político, o regime manteve as suas características autoritárias. O partido transformou-se numa máquina totalitária de forma a silenciar a oposição (a esquerda e sindicalistas) e a controlar mais eficazmente as «organizações de massas». Estas organizações perderam o seu carácter de protesto e tornaram-se em meros apêndices do partido não gozando de qualquer representação. Benjedid reprimiu todo e qualquer tipo de oposição. Artistas, sindicalistas, independentes, Berberes, activistas de direitos humanos e Islamitas sofreram uma dura repressão.

As reformas económicas introduzidas pelo regime nos anos oitenta agravaram as condições de vida da população em geral. Os trabalhadores da indústria perderam os benefícios sociais de que gozavam no anterior regime. O desmantelamento das empresas estatais lançou muitos operários para o desemprego. A maneira anárquica como o processo de liberalização económica foi conduzido levou a sociedade argelina a

«organizar-se de forma informal, não na base da produção de bens e serviços, mas em torno da especulação legal e ilegal. O mercado paralelo impôs-se progressivamente como o mecanismo fundamental, determinando o funcionamento ilegal de uma economia à deriva. O clientelismo rapace levou «inelutavelmente à corrupção, um fenómeno que se apoderou do corpo social e que gerou um mal-estar ético criando um cinismo generalizado que serviu de pasto aos sermões nas mesquitas e às reacções dos fundamentalistas religiosos»⁹.

As reformas que abrangeram também os sectores da saúde e da educação criaram um sistema de privilégios (um sistema escolar selectivo, clínicas privadas para as elites, etc.) que alienaram importantes sectores da sociedade argelina. No Verão de 1988, a situação sócio-económica tinha atingido um grau crítico: falta de habitação, problemas de fornecimento de água, escassez de alimentos, alta taxa de inflação, aumento geral de preços, alta taxa de desemprego. Neste contexto de crise generalizada era por demais evidente a quebra do pacto estabelecido por Boumédiène com o povo argelino que pressupunha o quietismo social em troca do bem-estar económico providenciado pelo Estado.

A revolta de 1988 marcou o falhanço da ideologia nacionalista (de cor socialista) em que assentava o Estado argelino desde a sua criação, e o repúdio pelas equipas dirigentes. As camadas jovens argelinas que nasceram após a independência e que atingiram a maioridade nos anos oitenta, foram as mais afectadas pela crise. Elas não partilhavam do sentimento de lealdade para com o regime que existiu com Boumédiène. Sentiam-se frustradas pelo enriquecimento de uma nova burguesia que exhibia de forma ostentatória a sua nova riqueza, adquirida frequentemente de forma ilícita e cujo comportamento violava os valores tradicionais.

Nos motins de 1988, os Argelinos protestaram contra o sistema de privilégios que concedia tantas benesses a alguns, excluindo a maior parte. As consequências imediatas de um sistema corrupto e nepotista foi a criação dos sentimentos de cinismo, o desinteresse pela vida pública, a falta de virtudes cívicas e o repúdio pelo Estado e pelos seus símbolos¹⁰. Estes sentimentos não favorecem a criação de uma sociedade civil consciente, nem constituem terreno propício para o desabrochar dos valores democráticos.

Os protestos de 1988 obrigaram o regime a enveredar pelo caminho das reformas políticas e económicas. As reformas não tinham como fito a instituição de um sistema democrático, mas apenas a preservação do anterior sistema com uma fachada democrática. Tal como aconteceu noutros Estados, especialmente no mundo árabe, «o principal objectivo da liberalização empreendida pelo poder é a manutenção do sistema num contexto de grave crise sócio-económica, aliciando grande parte da população, distribuindo mais amplamente a responsabilidade por futuras políticas de austeridade, direccionando as organizações políticas e religiosas para canais controláveis e excluindo aqueles situados fora do «consenso nacional» definido pelo regime»¹¹.

As mudanças que tiveram lugar traduziram-se basicamente no afastamento das figuras políticas mais impopulares. A 3 de Novembro foi realizado um referendo com vista a decidir sobre as emendas à Constituição. Com as alterações propostas, Benjedid pretendia reforçar a natureza presidencial do regime e libertar-se da pressão dos militares e de certas facções do partido que o tinham pressionado a demitir-se. E, efectivamente, duas semanas antes da realização do referendo, Benjedid tinha apresentado uma proposta,

aprovada com relutância pelo fln, que reduzia consideravelmente o monopólio do partido em vários aspectos da vida política.

A nova Constituição aprovada em Fevereiro com 73.4 por cento dos votos introduzia uma inovação de grande alcance: o reconhecimento do direito dos cidadãos «criarem associações políticas» (Artigo 40). Esta emenda abria assim as portas à criação de um sistema multipartidário que terminaria, teoricamente, com o monopólio do fln na sua política. Na sequência da aprovação da Lei sobre Associações Políticas, numerosos partidos foram legalizados: uns foram oficializados, embora já tivessem uma longa história de luta contra os sucessivos regimes; outros foram criados de raiz. No total, o espectro político argelino veio a contar com sessenta partidos.

O partido que mais beneficiou com esta liberalização do sistema político foi a Frente Islâmica de Salvação (fis). Os dirigentes do fis, o professor universitário Abassi Madani e o professor de liceu Ali Benhadj, presidiam ao partido islamita. Outros partidos islâmicos como o Hamas e o al-Nahda competiam com o fis. No entanto, devido às suas posições moderadas e à sua filiação nas classes médias, estes partidos tinham poucos adeptos junto das classes jovens alienadas que constituíam uma porção substancial da população e que aderiam facilmente à retórica mais radical do fis.

Os outros principais partidos tinham pouca representação. Além de terem uma história de competição política com o fln pela legitimidade histórica, não tinham um projecto político democrático que os salientasse. A sua criação deveu-se não tanto à existência de uma base popular de apoio, mas a uma figura carismática. É o caso da Frente das Forças Socialistas (ffs) formado em 1963 a partir de uma cisão no fln. O partido é presidido por um herói da luta pela independência, Hocine Aït Ahmed. O partido tem a sua base de apoio na zona Berbere da Kabília e, em menor grau, em Argel. O Movimento para a Democracia na Argélia (mda), liderado pelo primeiro Presidente do país, Ben Bella, também era pouco representativo. O mesmo se aplica ao mais democrático dos partidos, o Movimento para a Cultura e Democracia (mcd).

Paradoxalmente, a aprovação do fis em 1989 violou a lei sobre Associações Políticas que proibia a criação de partidos baseados exclusivamente numa base religiosa, linguística ou regionalista. A impressionante capacidade de mobilização do fis permitiu-lhe vencer as eleições de 12 de Junho de 1989 para os municípios e regiões. O partido Islamita conquistou 54.2 por cento dos votos, contra 28.1 por cento do fln, 12 por cento dos independentes e uns meros 2 por cento do mcd¹². Durante a campanha eleitoral o fis conseguiu fazer-se passar como a única alternativa ao fln, marginalizando os partidos seculares e democráticos e relegando-os para as margens do campo político. Utilizando o discurso do Islão, o fis apresentou-se como o verdadeiro representante da identidade argelina e dos valores tradicionais e foi a ele que a população aderiu em massa.

O Islamismo na Argélia

Tal como noutras partes do mundo árabe, a Argélia experimentou o movimento de ressurgimento islâmico no pós-independência e principalmente após 1967, data que assinala a derrota do mundo árabe face a Israel. Esta derrota teve um impacto avassalador sobre os Árabes e marca o início de uma etapa de introspecção, na forma de crise, que levou os Muçulmanos a questionar a validade das suas ideologias e principalmente dos seus sistemas políticos face à contínua superioridade militar do Ocidente e de Israel.

No entanto, a política inicial do fln foi «nacionalizar» o Islão, absorvendo os «ulama» (o «clero» muçulmano) reformistas e incorporando-os no funcionalismo público. Foi criado o Ministério dos Assuntos Religiosos com a responsabilidade de supervisionar o funcionamento das mesquitas cujos pregadores ficavam a soldo do Estado¹³.

Nos anos setenta, Boumédiène aplicou algumas ideias dos Islamitas, particularmente no que se refere à arabização e à moral social¹⁴. Benjedid também se deixou seduzir pela retórica islamita tomando medidas que lhe conferiram uma certa «legitimidade islâmica» aos olhos da população. Estas medidas incluíram a construção de mesquitas, alteração do currículo escolar para aumentar o conteúdo religioso, realização de seminários sobre temas islâmicos, o aumento da programação de conteúdo religioso na televisão, a substituição do fim-de-semana europeu pelo muçulmano.

Benjedid promoveu um programa de arabização na educação que veio a revelar-se desastroso¹⁵, criando uma clivagem entre aqueles que optavam por uma educação francófona e aqueles cujo conteúdo educacional se baseava na língua e valores árabes. Estes últimos vieram a encontrar-se em desvantagem no mercado de trabalho e foram engrossar as fileiras dos Islamitas reivindicando a completa arabização da sociedade. Para providenciar um sistema de educação arabizado, o Governo optou tanto pela «importação» de professores do Médio Oriente como pelo envio de estudantes para o Egipto ou Arábia Saudita. Em ambos os casos, estes indivíduos foram responsáveis pela disseminação de ideias islamitas, isto é, de uma versão recente do Islão como ideologia de cariz sócio-político motivando os indivíduos à intervenção política¹⁶. E, efectivamente, muitos desses professores árabes eram membros da Irmandade Muçulmana, cuja tradição de contestação dos regimes vigentes no Médio Oriente é bem conhecida.

Outra demonstração das credenciais islâmicas do regime foi a aprovação, em 1984, do Código de Família (Estatuto Pessoal) que adopta alguns ditames da lei islâmica (Sharia) e que contraria o princípio da igualdade dos sexos. O código constituía um retrocesso no que se refere aos direitos da mulher cujo estatuto de minoridade e de subordinação ao homem consagrava. Tal como aconteceu no Egipto de Sadat e no Paquistão de Bhutto, as tentativas de suavizar o discurso socialista do regime utilizando a retórica islamita, só serviram para consolidar o movimento islamita e para reforçar o fundo muçulmano da identidade argelina.

Nos anos setenta e oitenta, e na ausência de qualquer oposição tolerada, só o movimento islamita conseguiu organizar-se abertamente sem ser reprimido pelo regime. Tal como noutros Estados árabes, o Governo subestimou o seu potencial e utilizou-o na luta contra as forças de esquerda e oposição secular, nas universidades, onde proliferavam as ideias marxistas, e noutros locais.

As políticas mais liberais de Benjedid criaram o contexto para um ressurgimento islâmico generalizado. Este ressurgimento não encontra a sua explicação apenas na acção prosélita dos Islamitas, mas corresponde a uma tendência dos tempos, em parte fomentada pelo desencanto com a ideologia socialista do regime e com o fracasso do Estado em todas as frentes. Registou-se uma proliferação de mesquitas nos locais de trabalho, apartamentos, liceus, hospitais e outras instituições. A simples multiplicação de mesquitas independentes (isto é, não subordinadas ao controlo estatal), independentemente dos motivos que levavam à sua criação (sociais, políticos ou económicos) contribuiu, como causa ou como consequência, para o aumento da observância religiosa. As pessoas que

não rezavam regularmente passaram a fazê-lo a ritmo regular e a frequência dos locais de oração engrossou. A prática do jejum no Ramadão generalizou-se. O consumo de álcool diminuiu, tendo-se tornado difícil o seu consumo fora de certos restaurantes e hotéis caros, uma vez que tal prática passou a ser mal vista socialmente.

Com o clima de abertura política, houve um aumento impressionante de actividades islâmicas na forma de partidos políticos, associações, jornais e publicações. As publicações de maior sucesso são as de autores muçulmanos cujos escritos se tornaram populares porque a sua abordagem do Islão é superficial e foca temas que fazem parte do imaginário actual dos muçulmanos. Os mais procurados são os textos que criticam o Ocidente e o Cristianismo e que falam da perfeição do Alcorão em todos os seus aspectos – científico, numérico, psicológico, médico... Os jornais islâmicos abordam os assuntos que reflectem uma certa sensibilidade dos Muçulmanos, nomeadamente a crítica vigorosa de certas políticas ocidentais, nomeadamente norte-americanas.

Outro indício exterior desta revitalização religiosa é a popularidade das cassetes contendo sermões inflamados e emotivos de conhecidos pregadores árabes. A mensagem assim veiculada torna-se acessível para aqueles que não podem ir à mesquita e para os analfabetos que não dispõem de outra forma de se instruir na religião.

Tal como noutros lugares do mundo árabe, os Islamitas reagem contra uma ideologia «importada» (o socialismo) que não conseguiu cumprir as suas promessas, contra o governo corrupto e autocrático e a anomia social resultante da rápida modernização e urbanização. O movimento islamita na Argélia nos anos oitenta deve ser entendido sobretudo como o catalisador do descontentamento e contestação ao regime cujo falhanço no plano político e económico era demasiado conspícuo¹⁷.

As circunstâncias económico-sociais que explicam a emergência do fis na Argélia são reveladoras: 75 por cento da população tem menos de 30 anos e a taxa de desemprego ronda os 20 por cento (48 por cento entre as idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos)¹⁸. Com uma taxa de crescimento populacional acima dos 3 por cento, a população mais do que duplicou desde a independência, atingindo os 25 milhões de habitantes em 1990. Nos finais dos anos oitenta, a crise económica deixou o país à beira do colapso total, que se traduzia numa falta crónica de habitação (num Estado onde é tradição os jovens casarem e constituírem família cedo), escalada de preços, desvalorização do Dinar e migração para as cidades que conduziu ao fenómeno da urbanização caótica. O peso da dívida externa era só por si revelador: 75 por cento do pnb era canalizado para o pagamento do serviço da dívida.

Neste contexto, o fis constituiu-se como o pólo de atracção para os estratos pobres da sociedade argelina. A sua grande audiência era o «lumpenproletariado», produto da desestruturação da sociedade tradicional, do desemprego e de uma vida nas cidades sem qualidade. O resto do movimento era constituído por desempregados, os «hittistes», jovens que, tal como o termo indica, passam o dia encostados às paredes por não terem nada que fazer. São também os que tiveram uma educação arabizada, os professores de Árabe, os estudantes de engenharia e ciências físicas, os pequenos comerciantes e classes médias baixas.

O fis é um partido reaccionário que rejeita a modernidade e a democracia, embora devesse a uma abertura democrática a sua existência. O seu discurso revela uma obsessão doentia, tal como outros partidos fundamentalistas, por um passado ideal, pela Idade de Ouro do Islão em que a religião comandava a vida da Comunidade («Umma») e onde

esta se apresentava unida. Tal fixação e a exigência da conquista do poder a fim de criar uma sociedade islamizada, são características do Islamismo contemporâneo que sofreu um processo de «ideologização». Ao contrário do Islão tradicional, o Islamismo fundamentalista relegou para segundo plano o debate em torno de questões doutrinárias para se preocupar com as normas e valores do domínio sócio-político e com as estratégias para submeter a sociedade e o poder temporal à tutela da religião¹⁹.

O Islão argelino foi liderado após a independência por «ulama» reformistas, partidários da reforma da religião («Islâh»). Esta reforma não consistia na adopção incondicional da modernidade, mas no retorno à tradição do Profeta, que deveria providenciar os elementos que permitissem repensar a noção de modernidade. A lógica do reformismo conduziu à exigência de actualização da lei islâmica de forma a melhor habilitar o Islão para lidar com o desafio da modernidade. Ora, estes «ulama» eram essencialmente intelectuais religiosos adeptos de uma tradição pacífica e tolerante. Eram oriundos de um meio social diferente dos Islamitas contemporâneos que utilizam o Islão como ideologia reivindicativa das transformações político-sociais que almejam²⁰. As suas preocupações não são tanto de natureza teológica, até porque os Islamitas têm um conhecimento muito limitado da religião: apropriam-se dela extraindo os temas que reflectem os seus anseios usando-os como «slogans» reivindicativos. Diz Olivier Roy que

«o novo intelectual aborda o saber a partir de uma atitude de delegitimação do Estado, das instituições e mesmo da sociedade, encarados como estando imersos na ignorância e no pecado (“jâhiliyya”)²¹.

Os líderes do fis opõem-se à versão liberal do Islão que advoga a separação da política e da religião. A liberdade individual é para eles inconcebível fora do contexto do Islão. Segundo esta lógica, a democracia e o Islão são incompatíveis uma vez que a primeira prevê a liberdade de consciência, ao passo que o Islão, tal como o interpretam, não o permite. O Islão é entendido como uma ordem holística cuja organização social é perfeita e onde não há lugar para alternativas. Nesta ordem, as discussões não são toleradas, uma vez que tal conduziria à divisão da Comunidade e à perda da harmonia²².

Os líderes do fis conseguiram desacreditar a democracia aos olhos da população jovem que doutrinarão com eficácia. Ali Benhadj rejeita a democracia argumentando que no contexto islâmico não pode haver liberdade de crença (evocando o hadith da Suna que diz que a apostasia é punível com a morte), nem liberdade de expressão (a blasfémia e a contestação dos dogmas é proibida). A democracia, segundo Benhadj, gera a «liberdade absoluta» que conduz à anarquia e à decadência e que é incompatível com a submissão a Deus. A democracia é identificada com os males da sociedade moderna: sida, homossexualidade, degeneração moral, prostituição, drogas, alcoolismo e a degradação dos valores morais que, em última instância, levará, segundo os Islamitas, à queda do Ocidente²³.

No que se refere à questão do pluralismo político, alguns líderes do fis afirmaram sem margem para dúvidas que quando tomassem o poder poriam de parte a Constituição e decretariam a dissolução de todos os partidos políticos. Benhadj afirmou: «O Artigo 6 [da Constituição de 1989] proclama que o povo é a fonte da soberania. Isto significa que os partidos políticos podem – Deus o não permita – conduzir o povo numa direcção contrária à religião. A única fonte do poder é Deus, através do Alcorão. O povo intervém para escolher o Chefe de Estado e assume-se assim como a fonte do poder. Se o povo votar contra a lei de Deus, isto é nada menos do que blasfémia. Nestas circunstâncias, os

«ulama» devem ordenar a execução dos infiéis uma vez que estes sobrepõem a sua autoridade à de Deus»²⁴.

A estigmatização da democracia como ideologia atentatória ao Islão e origem de todos os males do mundo moderno, teve um impacto profundo, especialmente a nível da juventude alienada que constituía terreno receptivo a ideologias radicais²⁵. Este discurso contribuiu para fomentar as atitudes de intolerância e falta de espírito cívico numa população onde estes valores não proliferaram. Efectivamente, a persistência do carácter neopatriarcal²⁶ da sociedade argelina bem como a falta da prática pluralista de que o regime atesta, formam uma cultura política em que a existência de grupos com ideologias diversas tende a ser suprimida.

A derrapagem do regime

Após a vitória nas eleições de Junho de 1990, o fis mostrou alguma moderação e procurou um compromisso político com o Presidente, considerado um aliado indirecto. Efectivamente, a legalização do fis por Benjedid tinha como objectivo quebrar o monopólio político do fnl e evitar que este ganhasse a maioria nas eleições locais. A legalização dos Islamitas era parte da luta pelo poder travada no seio do regime. A sua existência foi permitida de forma a ser manipulada pelo regime contra outros clãs e para obrigar a oposição a mobilizar-se em torno de reformistas como Benjedid e seus aliados. Desta forma, Benjedid libertar-se-ia da tutela do partido, adquiria uma imagem de liberal e encontraria para si um novo papel como árbitro no novo sistema político. Oferecendo o seu apoio ao fis durante as eleições, o Governo embarcou numa operação difícil e arriscada de que não mediu correctamente as consequências²⁷.

Não tivesse sido a Guerra do Golfo, as hipóteses de sucesso teriam sido maiores, mas, nesta altura, o fis era já a força política dominante e a sua atracção aos olhos do povo aumentava a percepção da fraqueza do regime. Neste contexto, o fis lançou-se num ataque frontal contra o Estado e o Exército. Criticou agressivamente a postura do regime relativamente à guerra e acusou o Exército de fraqueza perante a ofensiva ocidental contra o povo Iraquiano. Benhadj reivindicou a abertura de campos de treino para voluntários que quisessem lutar ao lado do Iraque e exigiu a distribuição de armas para aqueles que quisessem tomar parte na jihad²⁸.

O Exército respondeu com contenção. Ao contrário do regime, os militares eram contra a legalização do fis e quando os Islamitas embarcaram numa estratégia de desafio, o Exército avisou que não toleraria quaisquer actividades que ameaçassem as instituições republicanas e a ordem pública. Os militares acreditavam que se o fis tomasse o poder reservaria para si uma posição hegemónica e poria fim ao processo democrático. Ora, este processo foi aceite pelos militares: os generais concordaram em retirar-se do palco desde que os seus interesses colectivos e a responsabilidade dos seus líderes não fosse contestada²⁹. Os militares não queriam ver os princípios em que as instituições castrenses assentavam serem ameaçados³⁰. Por outro lado, também pretendiam a constituição de um governo que fosse o garante da unidade nacional e que representasse condignamente a Argélia no exterior.

As atitudes provocatórias do fis em relação ao Governo e ao Exército nesta altura não traduziam ainda uma vontade de conquistar o governo. A liderança do fis, nomeadamente, Madani, não tinham ilusões quanto à possibilidade de conquistarem rapidamente o poder. O seu objectivo era erodir a legitimidade do Governo o mais

possível com o fim de negociar vantagens em termos de participação no processo político³¹. Contudo, e à medida que o clima insurreccional aumentava, a ala radical do fis endureceu a sua posição. De forma a ganhar o apoio desta ala, isolar os seus opositores e estabelecer a sua preponderância no Majlis al-Shura (a assembleia do movimento), Madani decidiu ceder à retórica extremista e convocou uma greve geral. Madani organizou ainda uma série de manifestações que geraram uma situação de anarquia quase total na capital³². Os militares resolveram então intervir para impor a ordem. As eleições legislativas a que o Governo tinha acedido, sob pressão do fis, a realizar a 27 desse mês, foram adiadas sine die.

A decisão de agir contra o fis nesta altura contribuiu para reforçar a sua aura oposicionista. A crise de Maio/Junho – que o Governo, por indecisão e fraqueza, permitiu até ao último momento, até se materializarem as perspectivas de uma guerra civil – permitiu aos fis extrair ainda assim algumas concessões. Uma delas foi a demissão do Governo e a realização de eleições presidenciais. Contudo, para aliviar a pressão exercida pelos Islamitas, o regime decidiu realizar primeiro eleições legislativas de forma a impedir o acesso imediato dos Islamitas ao poder. O escrutínio seria também um estratagema para dividir a oposição e para neutralizar as facções dentro do fln. Além disso, a alteração recente da lei eleitoral parecia, aos dirigentes, jogar a seu favor.

As eleições de Dezembro de 1991 conferiram uma vitória inequívoca ao fis. Os resultados deram-lhe 47.2 por cento dos votos; 7.4 por cento para a ffs; o fnl só obteve 4.4 por cento³³. Embora o fis tenha perdido mais de um milhão de votos em relação às eleições de 1990, devido à sua má performance à frente dos municípios e regiões, a verdade é que continuava a ser o maior actor político, canalizando o sentimento de frustração e o ódio da população contra o regime.

O que se passou a partir desta altura é bem conhecido: os militares forçaram a demissão de Benjedid e estabeleceram o Alto Conselho de Estado, composto por cinco personalidades e encabeçado por Mohamed Boudiaf, um herói nacional regressado após vinte e seis anos de exílio. A interrupção do processo eleitoral e a interdição do fis em Março de 1992 foi decidida devido à relutância dos militares em ver instalado um regime islâmico gerador de instabilidade e que deitasse por terra os princípios em que a república tinha sido fundada. Tal decisão foi tomada só após ficar aprovada a manutenção de negociações de bastidores entre Benjedid e o fis tendentes a uma partilha do poder.

O ciclo de violência

Na sequência da dissolução do fis, o regime ordenou a prisão dos militantes e abriu campos de internamento no sul para acolher as centenas de militantes presos. Neste contexto, dá-se uma cisão no seio do fis: surge então o Exército Islâmico de Salvação (eis) e o Grupo Islâmico Armado (gia). O eis emergiu da clandestinidade uma vez que já existia como braço armado do fis. Este movimento proclamou a sua fidelidade aos objectivos políticos do fis e concordou em aceitar as negociações entre o regime e o partido. Os seus ataques armados foram dirigidos contra as forças de segurança e os funcionários públicos, mas o grupo condenava o assassinato de civis inocentes e de estrangeiros³⁴.

Já o gia adoptou uma posição intransigente e rejeitou a ideia de quaisquer negociações ou compromissos com o Estado. O gia preconiza uma luta sem tréguas contra o regime até ao seu derrube de forma a implantar a idealizada ordem islâmica. Este grupo é

responsável pelos actos terroristas mais atrozes, nomeadamente o assassinato de estrangeiros e os massacres que vitimam com uma violência indizível a população inocente³⁵. O *gia* não é um movimento estruturado. É constituído por elementos jovens que não reconhecem a autoridade dos líderes históricos do movimento islamita. A sua rivalidade com o *eis* é feroz e os combates que opõem elementos dos dois grupos pelo controlo do território são sangrentos.

O recrutamento de militantes faz-se com facilidade entre jovens das cidades e dos arredores. Desempregados, sem perspectivas de futuro, são presa fácil de uma ideologia hostil ao Estado, considerado como responsável por todos os males da Argélia. São enviados para os «*maquis*» e inserem-se em grupos de cerca de quinze homens, dirigidos por um líder com experiência, frequentemente antigos combatentes que participaram na *jihad* contra a União Soviética no Afeganistão. Vários grupos assim constituídos formam bandos armados, reunindo cento e cinquenta a duzentos homens sob a autoridade de um chefe ou emir cujos feitos de guerra são reconhecidos. Estes chefes dificilmente ficam no seu posto durante muitos meses pois são abatidos pelas forças da ordem. Estes bandos deixam os «*maquis*» para se refugiarem nas cidades quando as forças da ordem lançam operações de grande envergadura ou quando as condições climáticas, nomeadamente no Inverno, são difíceis de suportar.

Os comandos islamitas lançaram operações cada vez mais audaciosas e mortíferas em todo o território. O ciclo de violência iniciou-se na sequência da suspensão das eleições de Janeiro de 1992 e depois estendeu-se, durante 1993, à região da Kabília (de maioria Berbere), hostil ao fundamentalismo e, no fim do ano, à zona sahariana. Em 1994, algumas áreas do país escapavam ao controlo do poder. Os grupos islamitas conduziram operações de envergadura contra as infra-estruturas, os comboios e os membros das forças de segurança. Os elementos mais temerários atacaram mesmo as altas autoridades do Estado. Em Fevereiro de 1993, o general Khaled Nazzer, membro do Alto Comité de Estado, escapou à morte por um triz.

Os intelectuais, jornalistas e artistas frequentemente envolvidos na luta contra o radicalismo religioso e partidários da democracia, são os alvos privilegiados. Os quadros estatais, funcionários locais, empregados da administração local são as vítimas quotidianas. As mulheres que não se conformam com a aplicação estrita das regras definidas pelos extremistas religiosos em matéria de vestuário e de maneiras pagam com a sua vida a transgressão. A partir de Setembro de 1993 o *gia* estendeu o leque dos seus alvos, passando ao assassinato e rapto de cidadãos estrangeiros.

Os militares que em Janeiro de 1992 decidiram anular a segunda volta das eleições legislativas não tinham antecipado nem a amplitude da violência que daí resultaria, nem a resistência determinada dos Islamitas. Previam uma agitação de rua fomentada a partir das mesquitas que se prolongaria por alguns meses e que acabaria por abrandar face à repressão e à neutralização dos cabecilhas mais perigosos. Assim se justifica a abertura de «campos de segurança» no sul da Argélia para encarcerar os elementos mais activistas. Contudo, a situação no terreno deteriorar-se-ia rapidamente escapando ao controlo das forças de segurança. Os «*maquis*» multiplicar-se-iam ao mesmo tempo que o terrorismo urbano se tornava particularmente mortífero para as forças da ordem. Em numerosas cidades de média dimensão e aldeias, os polícias barricar-se-iam de dia e de noite, impotentes perante os golpes espectaculares dos Islamitas.

Durante 1992 e 1993, os militares acreditavam ainda que podiam erradicar o terrorismo. Subestimavam, no entanto, três factores: a impopularidade do regime e o apoio de parte da população ao fis; o impacto da anulação do escrutínio que catalisou a violência reprimida dos Islamitas (a solidariedade familiar e dos clãs jogam a favor da protecção dos militantes do fis); e, a revolta provocada pela repressão feroz do regime, conduzida à margem da lei, e que atinge a população indiscriminadamente³⁶.

A incapacidade de restabelecer a paz civil incitou os militares a enveredar, durante o Inverno de 1993-1994, pelo diálogo com os partidos da oposição. A ideia de diálogo representa uma modificação do estado de espírito dos militares que em 1992 proscravam esta palavra do seu vocabulário e afirmavam a pés juntos não haver Islamitas moderados com que se pudesse negociar. A iniciativa de encetar esse diálogo surgiu quando a presidência colectiva – o Alto Comité de Estado – foi confrontada com a necessidade de preparar a sua sucessão após o final de 1993 e de encontrar alguma legitimidade para a nova fórmula governativa.

O objectivo de tais negociações era propor a formação de um bloco governamental englobando todas as formações políticas (incluindo o fis) com a condição expressa da condenação e rejeição das práticas terroristas e a aceitação, por todas as partes, da designação do Chefe de Estado por parte do Exército. Este dispunha-se a aceitar que os Islamitas controlassem certos ministérios, à excepção daqueles considerados vitais: Defesa, Interior e Negócios Estrangeiros.

O fis recusou esta oferta e boicotou a Conferência Nacional de consenso que teve lugar em Argel a 25 e 26 de Janeiro de 1994. Nesta altura, os Islamitas acreditavam ainda na possibilidade de conquistarem o poder. No final desta reunião, o general Liamine Zeroual foi nomeado Presidente. No seu discurso de investidura prometeu a erradicação do terrorismo, muito embora deixasse a porta aberta a um possível diálogo.

Após meses de repressão feroz e de terrorismo implacável, uma segunda tentativa de conciliação esboça-se no final do Verão. Os dirigentes do fis, Abassi Madani e Ali Benhadj são libertados e colocados em prisão domiciliária. Mas, no fim de Outubro, as negociações conheciam um novo rompimento: num discurso televisivo, o Presidente Zeroual explicava que os Islamitas não eram favoráveis ao regresso à paz civil e que o Estado estava finalmente decidido a exterminá-los.

Ora, o falhanço dos vários «rounds» de diálogo do regime com a oposição tem uma explicação bem precisa. Desde o assassinato de Mohamed Boudiaf em Junho de 1992 (partidário desse diálogo, cujo assassinato terá sido orquestrado por grupos ligados a facções do Exército), que os homens que detêm o poder na Argélia têm tentado legitimar a sua posição mostrando a sua vontade de organizar o retorno ao processo democrático e constitucional pela via eleitoral. A evidente falta de apoio popular a estes líderes, aliada à sua própria determinação de continuar no poder, inviabilizaram estes propósitos.

Além disso, o Exército, embora falando a uma só voz, não consegue esconder as divisões que o atravessam no que se refere à estratégia a adoptar face aos Islamitas. O Exército é dominado por duas facções que se reproduzem, aliás, por todo o aparelho civil estatal: os apoiantes do actual Presidente e ministro da Defesa, Liamine Zeroual, e os apoiantes do seu grande rival, o Chefe de Estado-Maior do Exército e número dois do regime, general Mohamed Lamari. Os primeiros são os «conciliadores»: defendem que a repressão e as medidas de segurança não são suficientes e que deve haver uma solução política baseada num qualquer tipo de compromisso político com o movimento islamita, o fis incluído. Os

«erradicadores» favorecem uma estratégia de repressão para lidar com os Islamitas, em geral, e com os extremistas armados, em particular.

O Alto Comité de Estado como a Comissão para o Diálogo Nacional, formada pelo Exército em Outubro de 1993, não conseguiram chegar a um consenso que permitisse incluir o fis. Por isso, os sucessivos «rounds» do diálogo não conduziram a resultados concretos e foram boicotados pela oposição. A falta de uma fórmula viável para a transição resultou do desacordo da oposição com os militares: a proposta destes era uma transição prolongada antes que se materializassem as condições para a realização da consulta eleitoral.

A oposição pôs de parte as ofertas de negociação do Governo e decidiu prosseguir por um caminho mais produtivo. Tal opção consistiu na realização em Roma, sob os auspícios da Comunidade Católica de Santo Egídio, de duas rondas de negociações (Novembro de 1994 e Janeiro de 1995) envolvendo alguns dos partidos mais representativos da oposição. A 13 de Janeiro os partidos argelinos assinaram a «Plataforma para uma Solução Pacífica na Argélia» ou «Contrato Nacional». Este documento foi assinado pelo ffs, o fln, o mda, o al-Nahda, o Partido dos Trabalhadores (pt, comunista). Em representação do fis assinaram Rabah Kebir (presidente do comité executivo no exterior e representante do fis na Europa) e Anwar Haddam (presidente da delegação parlamentar no estrangeiro e o representante do fis nos Estados Unidos). A Plataforma foi também assinada pelo presidente da Liga Argelina de Defesa dos Direitos do Homem, Ali Abdenennour.

Um dos aspectos mais relevantes desta iniciativa foram as concessões que o fis aceitou fazer em nome da resolução do conflito. O partido comprometeu-se a rejeitar a violência como forma de conquistar o poder e a cessar os ataques contra civis e estrangeiros, bem como a destruição da propriedade privada. Tal interpretação não excluía, segundo o fis, a utilização de violência na sua forma legítima de rebelião contra um Estado considerado ilegítimo e exclusivamente com o propósito de assegurar o retorno à legalidade.

A Plataforma também assegura a aceitação do fis, dos princípios democráticos do pluralismo político, da alternância no poder através do sufrágio universal, da garantia das liberdades individuais e colectivas e da liberdade de profissões de fé. Alega-se que o acordo não comprometia verdadeiramente o fis, uma vez que foi assinado apenas pelos representantes do movimento no exterior (Kebir terá, contudo, assegurado o apoio de Madani através de contactos telefónicos que manteve com aquele). Este documento representava, contudo, uma possível alteração de rumo do movimento que, no contexto certo, poderia representar a chave para o virar da página na resolução do conflito³⁷.

Esta iniciativa da oposição foi liminarmente rejeitada pelo regime. Estes atestam assim da sua hostilidade a toda a negociação que não tenha lugar segundo as suas condições. O Exército não tencionava comprometer-se, nem através de um pacto cívico, nem através de negociações. Os generais desejavam simplesmente a conclusão de um arranjo com os Islamitas, únicos adversários de peso, a quem proporião compensações políticas em troca da sua manutenção nos bastidores.

O poder optou antes pela organização de eleições presidenciais em Novembro desse ano. Graças a este escrutínio, os militares esperavam obter a legitimidade eleitoral perante a opinião pública nacional e internacional, bem como dotar-se de uma garantia constitucional para possíveis negociações com os Islamitas. Um presidente eleito sob a

asa protectora dos militares preservaria os dirigentes na eventualidade de uma transição lenta para um novo regime.

As eleições presidenciais deram uma vitória esmagadora ao Chefe de Estado em exercício, Liamine Zeroual, que conquistou 61.3 por cento dos votos. Mahfoud Nahnah, um islamita moderado, obteve 25.3 por cento dos sufrágios; Saïd Sadi, um «democrata republicano», recolheu 9.2 por cento dos votos e o candidato da «renovação», Nouredinne Boukrouk, teve apenas 3.7 por cento dos sufrágios. A vitória de Zeroual não traduzia a popularidade do regime – cuja repressão atinge quase tão duramente a população como a violência dos extremistas – mas sim o desejo profundo de regresso à paz civil e à segurança³⁸. O escrutínio realizou-se num clima de acalmia súbita após um longo período de atentados dos Islamitas na capital. Para esta altura, o regime mobilizou um impressionante dispositivo de segurança – trezentos mil homens armados provenientes do Exército, corpos de polícia e milícias de auto-defesa – e distribuiu armas aos civis.

O regime jogou durante a campanha com os piores receios da população: enquanto que a oposição se batia pelas condições permitindo uma solução para o conflito, a propaganda oficial deu relevo aos comunicados do gia ameaçando de morte todos aqueles que ousassem inscrever-se nas listas eleitorais ou apresentar-se às urnas.

A dinâmica aberta pela realização das primeiras eleições democráticas, em que muitos argelinos depositaram as suas esperanças, depressa mostrou os seus limites. Tendo-se dotado de uma certa legitimidade política, Zeroual marginalizou a oposição e optou pelo reforço do seu poder. Decidiu assim submeter a referendo uma série de emendas à Constituição que reforçam as prerrogativas. A oposição denunciou esta manobra, exigindo que as alterações à Constituição se efectuassem só quando o novo Parlamento fosse eleito em meados de 1997.

O texto da nova Constituição foi aprovado em Novembro de 1996 com 85.8 por cento dos votos da população. Embora os maiores partidos da oposição tivessem apelado ao boicote, a esmagadora maioria do eleitorado participou no escrutínio, menos por concordarem com o conteúdo do novo texto, mas porque o regime tinha bombardeado a população com a mensagem de que o voto pela Constituição era um voto pela restauração da paz.

A nova Constituição proíbe os partidos de fazerem uso de qualquer «componente da identidade nacional» – Islâmica, Árabe, Berbere – para fins políticos. Partidos Islâmicos como o Hamas e o al-Nahda, foram assim obrigados a expurgar dos seus programas e designações qualquer referência ao Islão. O partido que representa a população Berbere – o Movimento para a Cultura e Democracia – e o ffis tiveram de abrir mão da reivindicação da elevação da língua Berbere ao estatuto de língua nacional.

A Constituição cria um sistema em que o Presidente detém o poder sobre o Parlamento, independentemente dos resultados da eleição. Ela prevê a criação de uma Câmara Alta no Parlamento, na qual um terço dos deputados será designada, directa ou indirectamente, por Zeroual. Para a aprovação de novas leis, será necessária uma maioria de três quartos desta Câmara Alta, o que dá ao Presidente o direito de veto sobre as propostas do Parlamento. A nova Constituição confere ao Presidente autoridade para legislar por decreto quando o Parlamento não está em sessão. Cabe ainda àquele a nomeação das posições de mais destaque na administração, Forças Armadas e aparelho judicial,

deixando ao Primeiro-Ministro, oriundo do partido maioritário, incumbências reduzidas neste sentido³⁹.

As eleições legislativas de Junho de 1997 deram a maioria inequívoca ao novo partido pró-regime, o Movimento Nacional Democrático. Nas estações de voto, muitas pessoas que tinham votado no FIS em 1991, confessaram aos jornalistas que desta vez davam a sua preferência ao Hamas, al-Nahda, FFS ou PT porque estes partidos são a favor de negociações com o FIS como condição indispensável para a paz. Estas eleições permitiram a criação na Argélia do primeiro Parlamento multipartidário que, segundo alguns observadores, poderia significar a pequena abertura para uma eventual transição para a democracia. Contudo, o novo Governo, formado por membros dos três partidos com maior representação no Parlamento, não trouxe novidades em relação à situação anterior ao escrutínio. De facto, os postos ministeriais chave foram atribuídos aos mesmos ministros que os ocupavam antes das eleições⁴⁰.

Entretanto, o clima de terror mantém-se apesar das alegações do regime de que o terrorismo que se faz sentir é «residual». O ciclo de violência na Argélia conheceu um recrudescimento inesperado após finais de 1996. Os massacres que tiveram lugar de Julho de 1997 até ao fim do Ramadão deste ano foram de uma violência inaudita e constituíram o capítulo mais sangrento da recente história da Argélia. Só durante o mês do Ramadão (de fins de Dezembro a Janeiro de 1998) morreram mais de mil e duzentas pessoas.

Este paroxismo de violência traduz talvez o esforço do regime de sabotar o processo de democratização encetado com as eleições presidenciais de 1995. O regime declarou em fins de Setembro de 1997 a sua intenção de cessar todos os ataques a partir de 1 de Outubro. Esta trégua terá alegadamente sido negociada pelos militares com líderes do regime após tentativas conciliatórias do regime, que incluíram a libertação, em finais do ano, do líder moderado do FIS, Abassi Madani⁴¹.

O regime, activo no leste e no ocidente do território, não parece, aliás, ser o responsável pelos massacres que desde 1997 se passaram a concentrar nas zonas circundantes da capital. Ao contrário do regime, cuja estrutura fragmentada favorece a actuação autónoma de grupos terroristas, o braço armado do FIS actua de forma concertada. No entanto, as dissensões internas e os revezes que o regime sofreu às mãos das forças de segurança, levaram o movimento a optar pela via da negociação⁴².

Esperando ser progressivamente integrado na vida política, o FIS terá aceite a maior parte das condições impostas pelo poder. Abassi Madani terá mesmo acordado com o poder fazer uma declaração pública reiterando a sua oposição a todas as formas de violência política, anunciar a dissolução do regime e o fim da luta armada. As intenções do regime em relação ao FIS não são ainda claras, mas a colocação de Madani em prisão domiciliária após a sua libertação, e as ameaças que lhe foram feitas se não mantivesse a discrição, são reveladoras. Tendo extraído do regime a promessa de tréguas, o regime não parece disposto a oferecer algo significativo em troca. A sua intenção será com certeza impedir o FIS de tirar alguma vantagem política da sua moderação.

Entretanto, a comunidade internacional tem saído da sua atitude de passividade, demonstrando um certo mal-estar relativamente à deterioração da situação de segurança na Argélia. A posição da União Europeia tem sido fechar os olhos ao drama argelino e abster-se de comentar o que aí se passa. Nisto, a Europa tem seguido o exemplo da França, antiga potência colonial, que durante este tempo tem apoiado de forma discreta

mas firme o regime de Argel, fornecido apoio financeiro e ajuda militar. No entanto, o recente ciclo de violência obrigou mesmo os diplomatas europeus mais reticentes a considerar a situação na Argélia insustentável e a pressionar o Governo no sentido de envidar mais esforços para proteger a sua população⁴³.

Neste sentido, o relatório de Novembro de 1997 da Amnistia Internacional traz à luz alguns dados reveladores sobre a atitude do Governo relativamente aos massacres e o papel das forças de segurança. O relatório afirma que esquadrões da morte, agindo em coligação com certas facções das forças de segurança, terão estado envolvidos nos massacres. A Amnistia Internacional acusa o Governo de negligenciar a defesa da população e de recusar acorrer em seu apoio quando estão a decorrer ataques dos extremistas. O relatório refere que a maior parte dos massacres ocorreram em áreas próximas da capital, na zona do país com mais forte presença militar, frequentemente na proximidade de acantonamentos militares e de postos de segurança. Em nenhuma dessas ocasiões os militares ou as forças de segurança intervieram para pôr fim aos massacres ou para deter os responsáveis⁴⁴.

O drama da Argélia é não só o descalabro do país mas principalmente o sofrimento de uma população inocente, refém da violência fanática dos Islamitas e da intransigência do poder em encontrar uma solução política que possa afectar os seus interesses. Qualquer solução para a Argélia, se é que ainda é possível salvá-la do traumatismo e das divisões que serão inevitáveis, passa necessariamente pelo diálogo do regime com todos os partidos políticos, Islamitas moderados incluídos. Se essa é a condição indispensável, não parece vislumbrar-se no horizonte o fim do drama argelino.

Notas

¹ Abdelkader Yefsah citado por Yahia H. Zoubir, «The Painful Transition from Authoritarianism in Algeria», Arab Studies Quarterly, vol. 15, n.º 3, Verão de 1993, p. 84.

² Idem, ibidem.

³ Lahouari Addi, «L'armée algérienne confisque le pouvoir», Le Monde Diplomatique, n.º 527, Fevereiro de 1998, p. 16.

⁴ Idem, «Algeria's Tragic Contradictions», Journal of Democracy, vol. 7, n.º 3, 1996, pp. 94-95.

⁵ Idem, ibidem, p. 95.

⁶ Lahouri Addi, «L'armée algérienne confisque le pouvoir», p. 16; ver, Ali Chambati, «Une justice sous pressions», Le Monde Diplomatique, n.º 504, Maio de 1996, p. 18.

⁷ Lahouri Addi, «L'armée algérienne confisque le pouvoir».

⁸ Idem, ibidem.

⁹ Mahfoud Bennoune, «Notre dernière chance: comment on fait le lit de l'intégrisme, I», Algérie-Actualité, n.º 1376, 27 de Fevereiro/4 Março de 1992, p. 19. Bennoune cita Ali El Kenz.

¹⁰ Zoubir, op. cit., p. 88.

¹¹ Gudrun Krämer, «Liberalization and Democracy in the Arab World», merip, n.º 174, Janeiro/Fevereiro de 1992, p. 24.

¹² Ver François Burgat, «La mobilisation islamiste et les élections algériennes du 12 juin 1990», Monde Arabe-Maghreb-Machrek, n.º 129, 1990.

¹³ François Burgat, «L'Algérie: de la laïcité islamique à l'islamisme», Monde Arabe-Maghreb-Machrek, n.º 121, Julho/ /Agosto/Setembro de 1988, pp. 44-46.

¹⁴ «Algérie: histoire de l'islamisme», Le Nouvel Observateur, n.º 1553, 11-17 de Agosto de 1994, pp. 6-7.

¹⁵ Ver Mohammed Harbi, «L'Algérie prise au piège de son histoire», Le Monde Diplomatique, n.º 482, Maio de 1994, p. 5.

¹⁶ Kate Zebiri, «Islamic Revival in Algeria: An Overview», The Muslim World, vol. LXXXIII, n.º 3-4, Julho/Outubro de 1993, p. 204.

¹⁷ Lahouari Addi, «Islam politique et démocratisation en Algérie», Esprit, n.º 8-9, Agosto/Setembro de 1992, p. 144.

¹⁸ Zebiri, op. cit., p. 204.

¹⁹ Bassam Tibi, Islam and the Cultural Accommodation of Social Change, Boulder, Westview Press, 1990, p. 125.

²⁰ Burhan Ghalioun, op. cit., p. 96.

²¹ Olivier Roy, L'échec de l'Islam politique, Paris, Seuil, 1992, p. 124.

²² Mustapha Al-Ahnaf, Bernard Botiveau e Franck Frégosi, L'Algérie par ses islamistes, Paris, Karthala, 1991.

²³ Yahia H. Zoubir, «Algerian Islamists' Conceptions of Democracy», Arab Studies Quarterly, vol. 18, n.º 3, Verão de 1996, p. 76.

²⁴ Idem, ibidem, p. 77.

²⁵ Meriem Vergès, «Genesis of a Mobilization: The Young Activists of Algeria's Islamic Salvation Front», in Joel Beinin e Joe Stork, *Political Islam: Essays from Middle East Report*, Berkeley, s.e., 1997, pp. 299-302.

²⁶ Ver o conceito em Hisham Sharabi, *Neopatriarchy: A Theory of Distorted Change in Arab Society*, New York, Oxford University Press, 1988; Thierry Michalon, «L'Algérie des cousins», *Le Monde Diplomatique*, n.º 488, Novembro de 1994, pp. 1, 16-17.

²⁷ Rémy Leveau, *Algeria: Adversaries in Search of Uncertain Compromises*, Chaillot Paper n.º 4, Paris, Institute for Security Studies, Setembro de 1992, p. 8.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 9.

²⁹ Idem, «Algérie: anatomie d'un changement incertain», *Esprit*, n.º 3-4, Março/ /Abril de 1992, p. 93.

³⁰ Yahia H. Zoubir, *op. cit.*, p. 97.

³¹ Rémy Leveau, *Algeria: Adversaries in Search of Uncertain Compromises*, pp. 12-13.

³² Yahia H. Zoubir, *op. cit.*, p. 99.

³³ Andrew Pierre and William Quandt, *The Algerian Crisis*, Washington, Carnegie Endowment for International Peace, 1996, p. 8.

³⁴ Hugh Roberts, «Algeria's Ruinous Impasse and the Honourable Way Out», *International Affairs*, vol. 71, n.º 2, Abril de 1995, p. 252.

³⁵ Idem, *ibidem*, pp. 251-252.

³⁶ Ver Ali Bouazid, «A la recherche des disparus» e Lakhdar Benyounes, «Le cercle des morts anonymes», *Le Monde Diplomatique*, n.º 504, Março de 1996, p. 19.

³⁷ Hugh Roberts, *op. cit.*, pp. 260-261.

³⁸ Salima Ghezali, «Fausse éclaircie en Algérie», *Le Monde Diplomatique*, n.º 503, Fevereiro de 1996, p. 12.

³⁹ Heba Saleh, «Carnage Continues», *Middle East International*, n.º 540, 20 de Dezembro de 1997, p. 8; idem, «Month of Horror», *Middle East International*, n.º 538, 22 de Novembro de 1997, p. 12.

⁴⁰ Heba Saleh, «fis Leader Freed», *Middle East International*, n.o 552, 11 de Julho de 1997, pp. 12-13.

⁴¹ Heba Saleh, «The fis Calls a Cease Fire», Middle East International, n.º 560, 10 de Outubro de 1997, p. 14.

⁴² Bruno Callies de Salies, «Les luttes de clans exacerbent la guerre civile», Le Monde Diplomatique, n.º 523, Outubro de 1997, p. 12

⁴³ Jørgen Wouters, «Business as Usual», abc News, 25 de Setembro de 1997; Reuters, «France Presses Algeria on Reforms after Massacre», 5 de Janeiro de 1998; Anne Swardson, «100 Killed in 2 Algerian Villages», The Washington Post, 13 de Janeiro de 1998 (ficheiros da Internet).

⁴⁴ Algeria: Civilian Population Caught in a Spiral of Violence, Novembro de 1997 (ficheiro da Internet).